COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 8045, DE 2010, DO SENADO FEDERAL, QUE TRATA DO "CÓDIGO DE PROCESSO PENAL" (REVOGA O DECRETO-LEI Nº 3.689, DE 1941. ALTERA OS DECRETOS-LEI Nº 2.848, DE 1940; 1.002, DE 1969; AS LEIS Nº 4.898, DE 1965, 7.210, DE 1984; 8.038, DE 1990; 9.099, DE 1995; 9.279, DE 1996; 9.609, DE 1998; 11.340, DE 2006; 11.343, DE 2006), E APENSADOS

RELATÓRIO PARCIAL

4ª RELATORIA-PARCIAL: DOS SUJEITOS DO PROCESSO (ARTS. 52 A 89) E AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA

Relator-Parcial: Deputado CAPITÃO ALBERTO NETO

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 8.045, de 2010, oriundo do Senado Federal (PLS nº 156, de 2009), intenta inaugurar, no ordenamento jurídico brasileiro, um novo Código de Processo Penal.

Foi instituída em 21 de março de 2019, com base no art. 35, inciso II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, por ato da Presidência desta Casa, a presente “Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 8045, de 2010, do Senado Federal, que trata do "Código de Processo Penal" (revoga o decreto-lei nº 3.689, de 1941. Altera os decretos-lei nº 2.848, de 1940; 1.002, de 1969; as Leis nº 4.898, de 1965, 7.210, de 1984; 8.038, de 1990; 9.099, de 1995; 9.279, de 1996; 9.609, de

1998; 11.340, de 2006; 11.343, de 2006), e apensados”. Foram designados para compô-la 34 (trinta e quatro) membros titulares e igual número de suplentes.

A Comissão foi efetivamente instalada em reunião realizada no dia 11 de julho de 2019, oportunidade em que houve a eleição da Mesa. Foram eleitos os seguintes parlamentares: Deputado Fábio Trad (Presidente), Deputado Loester Trutis (1º Vice-Presidente), Deputado Luiz Carlos (2º Vice-Presidente) e Deputado Paulo Teixeira (3º Vice-Presidente).

Nessa mesma reunião, foi designado o Deputado João Campos como Relator-Geral do projeto.

Em reunião realizada no dia 21 de agosto de 2019, houve a designação para as Relatorias-Parciais, da seguinte forma:

- a) 1ª Relatoria-Parcial - Deputada MARGARETE COELHO –
Temas: Princípios Fundamentais (arts. 1º a 7º) e Julgamento Antecipado – Plea Bargain;
- b) 2ª Relatoria-Parcial – Deputado EMANUEL PINHEIRO –
Temas: Investigação Criminal e Juiz de Garantias (arts. 8º a 44);
- c) 3ª Relatoria-Parcial - Deputado Prof. LUIZ FLÁVIO GOMES –
Temas: Sentença (arts. 417 a 457), Recursos (art. 458 a 524) e Execução em Segundo Grau;
- d) 4ª Relatoria-Parcial – Deputado CAPITÃO ALBERTO NETO –
Temas: Sujeitos do Processo (arts. 52 a 89) e Audiência de Custódia;
- e) 5ª Relatoria-Parcial – Deputado POMPEO DE MATTOS -
Tema: Júri (arts. 321 a 409);
- f) 6ª Relatoria-Parcial – Deputado PAULO TEIXEIRA -
Temas: Direitos da Vítima (arts. 90 a 92) e Justiça Restaurativa;

- g) 7ª Relatoria-Parcial – Deputado SANDERSON – Temas: Medidas Cautelares Reais, Medidas Cautelares Pessoas (arts. 525 a 654) e Condução Coercitiva;
- h) 8ª Relatoria-Parcial – Deputado NELSON PELLEGRINO – Temas: Competência (arts. 93 a 130) e Atos Processuais e Nulidades (arts. 131 a 164);
- i) 9ª Relatoria-Parcial – Deputado SANTINI – Tema: Cooperação Jurídica Internacional (arts. 693 a 737);
- j) 10ª Relatoria-Parcial – Deputado HUGO LEAL – Temas: Da Prova (arts. 165 a 263) e Das Ações de Impugnação (arts. 655 a 692).

Ao longo dos trabalhos, esta Comissão teve a oportunidade de se reunir diversas vezes, ouviu especialistas e realizou encontros regionais para debater sobre os mais diversos assuntos relacionados ao processo penal.

I.1 Da Audiência Pública sobre o tema “Audiência de Custódia e Sujeitos do Processo”

Com a finalidade de discutir o tema “Audiência de Custódia e Sujeitos do Processo, realizou-se Audiência Pública, no dia 15 de outubro de 2019, no anexo II, Plenário 13, da Câmara dos Deputados. A citada audiência ocorreu em atendimento dos seguintes requerimentos aprovados pela Comissão Especial:

- a) REQ 31/2019, de autoria desta Sub-Relatoria
- b) REQ 36/2019, de autoria desta Sub-Relatoria; e,
- c) REQ 42/2019, de autoria do Deputado João Campos;

Os debates realizados trouxeram inúmeras contribuições para a feitura deste sub-relatório. Participaram da Audiência Pública as seguintes autoridades:

- 1) HUGO LEONARDO: Presidente do Instituto de Defesa do Direito de Defesa - IDDD;

- 2) JOSÉ ROBALINHO CAVALCANTI: Procurador Regional da República - MPF;
- 3) LUDMILA LINS GRILO: Juíza de Direito do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais - TJMG;
- 4) RODRIGO LUSTOSA VICTOR: Advogado e Conselheiro Federal da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB - Seção GO;
- 5) FERNANDA REGINA VILARES: Coordenadora-Geral de Atos Normativos em Matéria Penal da Assessoria Especial de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça e Segurança Pública;
- 6) LUÍS GERALDO LANFREDI: Coordenador do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário - DMF/CNJ.

O encontro foi extremamente produtivo, trazendo inúmeros elementos contribuições que foram levados em considerações para a feitura do presente trabalho.

A Comissão recebeu, também, sugestões de diversos órgãos e entidades e da sociedade civil.

É o Relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Conforme designação, compete a este Relator-Parcial proferir parecer sobre o tema “Dos Sujeitos do Processo”, presente nos arts. 52 a 89 do Projeto de Lei nº 8.045/2010 e sobre o tema “Audiência de Custódia”.

Sob o enfoque da constitucionalidade formal, o Projeto de Lei em tela não apresenta vícios, porquanto observadas as disposições constitucionais pertinentes à competência da União para legislar sobre a

matéria (art. 22, I), à competência do Congresso Nacional para apreciá-la (art. 48) e à iniciativa (art. 61).

No tocante à constitucionalidade material, não se vislumbra, de forma geral, qualquer discrepância entre o projeto de lei e a Constituição Federal.

No que guarda pertinência com a juridicidade, o projeto de lei não apresenta vícios sob os prismas da inovação, efetividade, coercibilidade e generalidade. A par de se consubstanciar na espécie normativa adequada, suas disposições não conflitam com o ordenamento jurídico vigente.

Em relação à técnica legislativa, o projeto de lei encontra-se de acordo com a Lei Complementar n.º 95/98.

Ressalva-se, no entanto, relativamente a tais aspectos, que qualquer conclusão em sentido diverso será realizada ao longo do texto deste relatório-parcial quando da análise específica de dispositivos do projeto.

Quanto às emendas, apresentadas no prazo regimental respectivo, conclui-se pela sua constitucionalidade, juridicidade e adequada técnica legislativa, exceto quando expressamente ressalvado na análise individualizada ou em conjunto delas quanto ao mérito, realizada ao longo deste Relatório.

1) ANÁLISE DO PROJETO

Passamos a analisar, a seguir, cada um dos temas constantes desta Relatoria-Parcial, bem como as respectivas emendas apresentadas na forma do art. 205, § 4º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

1.1) DOS SUJEITOS DO PROCESSO

Com o intuito de aprimorar a técnica legislativa do Código de Processo Penal, mudou-se a posição do tema em comento no Código, em razão de serem ontologicamente próximos à matéria “ação penal”, porque a capacidade de ser parte é pressuposto de validade do processo.

Com relação à figura do magistrado, aprimorou-se os seguintes pontos:

- a) a inserção da figura do companheiro como impedimento para o exercício da jurisdição;
- b) uso do termo “juízos colegiados” e não coletivos, ao tratar dos impedimentos em tais órgãos;
- c) alargamento do espectro da suspeição, ao dispor que se o juiz mantiver relação jurídica de natureza econômica ou moral com qualquer das partes, da qual se possa inferir risco à imparcialidade; pode se dar por suspeito.
- d) admitir que o juiz possa se declarar a qualquer tempo suspeito para julgar a causa por razões de foro íntimo. .

Com relação ao Ministério Público, inexistiram alterações substanciais, preservando o Projeto de Lei 8.045/2010 a feição de um órgão fiscal da lei, mantendo-se as causas de impedimento e suspeição próprias dos magistrados, em similitude ao modelo atualmente vigente.

Já com relação à Defensoria Pública, houve profunda modificação do texto legal, positivando-se no Código de Processo Penal a sua missão processual e o seu fundamento constitucional. A opção legislativa de fortalecer a Defensoria Pública no processo penal brasileiro é deveras salutar, uma vez que é cabe a esta instituição a defesa dos mais necessitados, a proteção do “lado mais fraco da corda processual”, a fim de tornar mais equânime o sistema acusatório brasileiro. No caso do réu possui condições econômicas a Defensoria Pública pode representá-lo no feito criminal, e ao final, requerer a condenação em honorários.

Ao final deste relatório, apresento emenda modificativa dos parágrafos 1º e 2º do art. 59, para dispor que caberá à Defensoria Pública a defesa da vítima e não só da pessoa acusada. Tal providência foi tomada porque a vítima, nesta reforma processual, erige-se à condição de sujeito processual merecendo também ser representado judicialmente e extrajudicialmente pelo defensor público.

Modifiquei o título do Capítulo IV do Título IV do Projeto de lei 8.045 de 2010, de forma a aprimorar a redação do novo Código, evitando sexismos e separando a pessoa da acusação que é lhe é imputada.

No Capítulo IV do Título IV, referente à pessoa acusada e sua defesa, vê-se que o Projeto de lei 8.045/2010 avança sobremaneira no sentido de garantir a ampla defesa e contraditório, trazendo ao ordenamento jurídico uma redação que privilegia o direito à ampla defesa do réu, exigindo-se manifestação fundamentada da defesa quando das alegações finais e sempre que seja necessário ao réu se defender.

Apresento emenda ao §2º do artigo 60 do PL 8.045/2010 no sentido de garantir que o réu, mesmo que não tenha acesso pessoal a defensor público, possa se comunicar com ele através de meio audiovisual, preservando-se, por óbvio, o sigilo do diálogo.

O Projeto de Lei 8.045 de 2010 caminhou bem a fixar o interrogatório como meio de defesa da pessoa acusada. Assim, assenta-se a natureza jurídica de tal ato processual como o principal meio de exercício da autodefesa, guiado pela presunção de inocência

O novo Código de Processo Penal também avançou na disciplina legal do interrogatório ao preservar a livre manifestação de vontade da pessoa interrogada, nos artigos. 65 ,69, 70 e 71. Suprimi, através de emenda apresentada ao final deste relatório, o disposto no parágrafo segundo do artigo 65, por entender que a expressão “tempo excessivo “ poderia dar azo a infundáveis discussões no momento da prática do ato processual. O que a norma visa resguardar, é dizer, a integridade moral e psicológica do interrogando, pode ser albergada a partir do posicionamento da defesa caso seja praticado algum ato abusivo pela acusação ou pelo magistrado

À guisa de conclusão, elaborei emenda, explicitada ao final deste relatório, para suprimir o parágrafo único do artigo 72, considerando que no Código já há capítulo versando sobre nulidades, cujas regras são plenamente aplicáveis a esse ato processual. Além disso, também elaborei emenda o texto do PL 8.045/2010 com o objetivo de suprimir o §3º do artigo 79, pois se o assistente pode requerer provas, medidas cautelares reais, formular quesitos e requerer diligências finais, deve ter o poder de recorrer das decisões que lhe são desfavoráveis.

Passo agora a tratar de umas das maiores inovações desta parte do Projeto de Lei 8.045/2010, a parte civil. Dispõe o artigo 81 do Projeto de Lei 8.045 de 2010 o seguinte: “Art. 81. A vítima ou, no caso de sua ausência ou morte, as pessoas legitimadas a ingressar como assistentes, sem ampliar a matéria de fato constante da denúncia, poderá, no prazo de 10 (dez) dias, requerer a recomposição civil do dano moral causado pela infração, nos termos e nos limites da imputação penal, para o que será notificado após o oferecimento da inicial acusatória”.

Assim, tem-se que a parte civil entrará no feito com o objetivo de discutir e fixar o dano moral causado pelo delito, devendo, após o oferecimento da denúncia, ser intimada para tal mister.

Apesar da nobre intenção da Comissão de Juristas responsável pelo Anteprojeto do novo Código de Processo Penal, é bastante temerária a figura processual da parte civil, que adentra o feito criminal apenas para discutir interesse patrimonial. Como exponho detalhadamente ao analisar e acolher a emenda 52, suprimindo a figura da parte civil do Código, não se pode, num processo no qual se discute a responsabilização de uma pessoa no cometimento de um crime- podendo isso acarretar a sua restrição de liberdade - admitir uma discussão essencialmente patrimonial.

Teríamos, por exemplo, o risco de ver a situação do réu injustamente agravada, a partir de uma instrução probatória unicamente voltada para o interesse patrimonial da parte civil. Outro fator que merece consideração repousa na garantia fundamental à duração razoável do processo: os feitos criminais no nosso país já têm trâmite deveras confuso e tumultuado, e não conseguiriam abarcar uma discussão sobre existência e fixação do valor de um dano moral.

A lei 11.719/2008 alterou a redação do art. 387 do Código de Processo Penal vigente, a fim de dispor que deve o magistrado, na sentença condenatória, fixar valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração levando-se em conta os prejuízos sofridos pelo ofendido. Com isso, a vítima, bem como legitimados arrolados no *caput* do artigo 63 do Código de Processo Penal, poderão executar no juízo cível a parcela mínima reparatória explicitada no artigo 387, inciso IV.

Com a reforma processual de 2008, mitigou-se a separação entre as instâncias criminal e cível, sendo autorizada uma cumulação de duas pretensões: acusatória e indenizatória. Consideramos essa mudança bastante prejudicial ao feito criminal, uma vez que cabe ao juízo cível definir o valor de reparação de danos causados pela infração, sendo correto, por sua vez, o disposto no artigo 63 do Código de Processo Penal em vigor, *verbis*: “transitada em julgado a sentença condenatória, poderão promover-lhe a execução, no juízo cível, para o efeito da reparação do dano, o ofendido, seu representante legal ou seus herdeiros.

A respeito da indevida cumulação entre as esferas cível e criminal dispõe Aury Lopes Junior, acertadamente, o seguinte:

“Essa acumulação é uma deformação do processo penal, e passa a ser também um instrumento de tutela de interesses privados. Não está justificada pela economia processual e causa uma confusão lógica grave, tendo em vista a natureza completamente distinta das pretensões (indenizatória e acusatória). Representa uma completa violação dos princípios básicos do processo penal e, por consequência, de toda qualquer lógica jurídica que pretenda orientar o raciocínio e a atividade judiciária nessa matéria. Desvirtua o processo penal para buscar a satisfação de uma pretensão que é completamente alheia a sua função, estrutura e princípios informadores. Como exemplo dessa errônea *privatização do processo penal*, o próprio Direito Penal nos oferece as absurdas ‘condenações penais disfarçadas de absolvição de fato’. Ocorrem quando alguém é condenado a uma insignificante pena de multa (responsabilidade penal), quando o que se pretende, na realidade, é uma substancial indenização na esfera cível (responsabilidade civil) utilizando a sentença penal condenatória como título executivo judicial. Para amparar esse tipo de direito,

existem vias próprias e para isso está o processo civil. Cada coisa no seu devido lugar”¹.

Por partilhar do mesmo posicionamento, no sentido de ser incabível, dentro de um processo criminal, a discussão sobre um interesse patrimonial, é que optei por reprimatizar alguns dispositivos da ação civil, apresentando emenda ao final deste Relatório.

1.3) AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA

A Audiência de Custódia é instrumento processual que permite que todo o indivíduo preso em flagrante seja levado à presença da autoridade judicial em um prazo de 24 (vinte e quatro) horas, para que sejam avaliados a legalidade e a necessidade de se manter a prisão. Tendo em vista a falta de regulamentação legal que desse as condições necessárias para que esse direito fosse exercido, o Conselho Nacional de Justiça no dia 15 de dezembro de 2015, editou a Resolução nº 213, de 15 de dezembro de 2015, que dispõe sobre a apresentação de toda pessoa presa à autoridade judicial no prazo de 24 horas, regulamentando o procedimento da Audiência de Custódia.

As inovações trazidas pela Resolução são causa de muita polêmica. Muitos argumentam que elas exorbitam os limites da organização e funcionamento do Poder Judiciário e avançam na seara de competência legislativa do Congresso Nacional, uma vez que o art. 22, I da Constituição Federal preceitua que compete privativamente à União legislar, entre outros, sobre Direito Penal e processo penal, a matéria regulamentada por meio da Resolução n.º 213, de 15.12.2015, do CNJ, deveria ser tratada por meio da edição de Lei Federal.

Ademais, é de se reconhecer que as Audiências de Custódia, realizadas em conformidade com a regulamentação trazida pela Resolução do CNJ são extremamente retrógradas, não trazendo qualquer benefício ao sistema penal, invertendo os valores, onde o Policial que é interrogado. Pelo contrário, na prática, esse procedimento tem servido de desestímulo às autoridades policiais e militares, além de sobrecarregar ainda mais o Poder

¹ JR.Aury Lopes. Direito Processual Penal. 14 ed.São Paulo, Saraiva, 2017.p.234

Judiciário e reforçar o sentimento de impunidade presente na sociedade brasileira.

O Relator da matéria no CNJ, conselheiro Bruno Ronchetti, destacou o combate à cultura do encarceramento e também visou a efetividade da defesa dos direitos humanos. Ora, após praticamente 4 (quatro) anos de audiências de custódias, a *ultima ratio*, que deveria se valer em regra, e não em sua excepcionalidade, foi mitigada a discricionariedade que se impõe frente às decisões judiciais, dentre elas, as opções que estão dispostas no art. 8º § 1º, incisos I a IV da resolução 213 de 15 de dezembro de 2015:

Art. 8º Na audiência de custódia, a autoridade judicial entrevistará a pessoa presa em flagrante, devendo:

§ 1º Após a oitiva da pessoa presa em flagrante delito, o juiz deferirá ao Ministério Público e à defesa técnica, nesta ordem, reperguntas compatíveis com a natureza do ato, devendo indeferir as perguntas relativas ao mérito dos fatos que possam constituir eventual imputação, permitindo-lhes, em seguida, requerer:

I - o relaxamento da prisão em flagrante;

II - a concessão da liberdade provisória sem ou com aplicação de medida cautelar diversa da prisão;

III - a decretação de prisão preventiva;

IV - a adoção de outras medidas necessárias à preservação de direitos da pessoa presa.

Probabilidades que se contestam a máxima, imposta ao dizer que audiência de custódia auxilia na redução da população carcerária. Sabe-se que frente a audiência de custódia, o juiz que a preside, e tampouco as partes, não têm acesso a quaisquer provas colhidas no Auto de Prisão em Flagrante Delito (APFD), sendo assim, se impõe um juízo de discricionariedade, novamente imposto aos agentes de segurança pública o vexatório constrangimento, não podendo ao menos justificar o contexto do fato ocorrido.

Tal resolução, determina a obrigatoriedade da apresentação pessoal do preso em flagrante, também daquele preso por mandado de prisão,

a um juiz no prazo de 24 horas, inclusive em fim de semana e feriado. O texto confirma a necessidade da presença do Ministério Público, do preso, e seu advogado ou defensor público.

Salta aos olhos o fato do não respeito à necessidade de comprovação orçamentaria, bem como consulta aos órgãos envolvidos, todos sobrecarregados de demandas judiciais, não sendo considerada, Comarcas onde não há juízes de direito, levando o próprio Estado a infringir normas constitucionais como Legalidade e Igualdade.

O procedimento previsto no parágrafo 1º do artigo 306 do Código de Processo Penal, já prevê “remessa dos autos da prisão em flagrante em 24 horas para o juiz e a defensoria”, o que já seria suficiente para que o magistrado tomasse conhecimento da prisão e determinasse as providências necessárias.

A Convenção Americana Sobre Direitos Humanos, em seu artigo 7, item 5: “Toda pessoa detida ou retida **deve ser conduzida, sem demora**, à presença de um juiz ou outra autoridade autorizada pela lei a exercer funções judiciais e tem direito a ser julgada dentro de um prazo razoável ou a ser posta em liberdade, sem prejuízo de que prossiga o processo. Sua liberdade pode ser condicionada a garantias que assegurem o seu comparecimento em juízo. ” (nosso grifo), não estabelecendo 24 horas como regra.

O magistrado, tem a sua disposição, as medidas cautelares previstas pelo artigo 319 do Código de Processo Penal, conferindo-lhe o legislador, outros instrumentos para melhor avaliar entre a manutenção da liberdade de locomoção sem qualquer ônus, e a custódia cautelar.

Recorrendo novamente ao direito positivado, o paciente pode valer-se ao Código de Processo Penal, que a partir do art. 647, traz remédios para combater possíveis ilegalidades e abusos, não havendo necessidade de regulamentação por parte do CNJ:

Art. 647. Dar-se-á habeas corpus sempre que alguém sofrer ou se achar na iminência de sofrer violência ou coação ilegal

na sua liberdade de ir e vir, salvo nos casos de punição disciplinar.

Art. 648. A coação considerar-se-á ilegal:

I - quando não houver justa causa;

II - quando alguém estiver preso por mais tempo do que determina a lei;

III - quando quem ordenar a coação não tiver competência para fazê-lo;

IV - quando houver cessado o motivo que autorizou a coação;

V - quando não for alguém admitido a prestar fiança, nos casos em que a lei a autoriza;

VI - quando o processo for manifestamente nulo;

VII - quando extinta a punibilidade.

Ademais, além da questão da exorbitância dos limites da organização e funcionamento do Poder Judiciário, pode-se visualizar a ruptura da função *Tripartite*, bem como quebra da *Teoria da Separação dos Três Poderes*.

O Desembargador Edison Brandão da 4ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo em seu voto como relator do Habeas Corpus nº 2138515-59.2015.8.26.000 autos de origem 0004455-24.2015.8.26.0635 em seu voto nº 20172 denegou Audiência de Custódia aos pacientes:

Infere-se dos autos que, em 12/06/2015, os pacientes foram presos e, em 15/06/2015, foi comunicada a prisão ao Juiz de Direito, que analisou o flagrante e constatou que estava material e formalmente em ordem, sendo o que basta, pois desnecessária a apresentação física do acusado perante o Magistrado (nosso grifo).

Embora o impetrante sustente que a não apresentação imediata do preso ao Magistrado afronta o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos e a Convenção Americana de Direitos Humanos, é de se salientar que nenhum dos pactos

prevê prazo para tal apresentação, apenas afirmando que o ato deverá ser feito sem demora.

Daí porque a legalidade do flagrante é de plano analisada pelo Magistrado, sendo o paciente conduzido à presença do Juiz no curso da instrução.

Mais adiante, o douto Relator complementa:

*Poder-se-ia dizer da razoabilidade de tal medida, porém, apenas e tão somente de **lege ferenda**, e nada mais. Nem se discute aqui as óbvias e evidentes dificuldades em pequenas comarcas do interior, caso a lei crie tal ato, e é de evidente razoabilidade que Magistrados conscientes de suas responsabilidades, com isto se preocupem, posto que dificuldades na realização de atos judiciais, algumas intransponíveis, por vezes, maculam não só o direito do réu, mas de toda a sociedade (nosso grifo).*

Neste contexto, durante a audiência, o juiz deve analisar a prisão sob o aspecto da legalidade, da adequação da continuidade da prisão ou da eventual concessão de liberdade, com a imposição de outras medidas cautelares.

Entretanto, tem-se percebido que nas decisões em audiências de custódia pesa mais o fato de a prisão ter sido ou não em flagrante do que a violência do crime em si. A sistemática atual da audiência de custódia permite que um indivíduo que pratica um crime contra a vida possa ser posto em liberdade, o que não se pode permitir, mesmo que este sujeito nunca antes tenha delinquido e tenha bons antecedentes.

A norma penal existe como sendo parte de um sistema de proteção da sociedade. Os crimes contra a vida são os mais perversos que podem ocorrer e precisam de tratamento diferenciado por parte da legislação penal. Não se deve permitir que um assassino fique em liberdade, e dessa forma, e, portanto, não podemos dar o benefício da liberdade provisória nesses casos.

Diante disso, proponho nova redação ao art. 555 do Projeto de Lei nº 8.045, de 2019, nos seguintes termos:

“Art. 555. Toda pessoa presa em flagrante delito, independentemente da motivação ou natureza do ato, será obrigatoriamente conduzida, sem demora, à presença da autoridade judicial competente, e ouvida sobre as circunstâncias em que se realizou sua prisão ou apreensão.

§1º Antes da apresentação da pessoa presa em flagrante ao juiz, será assegurado seu atendimento prévio e reservado por advogado por ela constituído ou defensor público, sem a presença de agentes policiais, sendo esclarecidos por funcionário credenciado os motivos, fundamentos e ritos que versam a audiência de custódia prevista no *caput*.

§2º Na audiência de custódia, serão ouvidas as testemunhas, a vítima, o preso em flagrante, os policiais responsáveis pela condução do preso, assim como colacionadas todas as provas possíveis de serem colhidas no ato da audiência de custódia.

§3º As provas colhidas na audiência de custódia que trata o serão aproveitadas em instrução de eventual processo penal instaurado em face da pessoa presa em flagrante.

§4º Nos crimes de ação pública incondicionada, deverá ser facultado ao Ministério Público oferecer denúncia, caso entenda haver indícios suficientes de materialidade e de autoria.

§5º Na hipótese do §4º, oferecida denúncia, deverá ser facultado a defesa oferecer imediatamente e oralmente a defesa prévia do acusado, devendo o juiz após, se não rejeitar liminarmente a denúncia, receber a denúncia e citar o acusado para responder à acusação, por escrito, no prazo de dez dias.

§6º Recebida a denúncia, o juiz deverá:

I – converter a prisão em flagrante em preventiva presentes os requisitos; ou

II – conceder a liberdade provisória, termo de comparecimento a todos os atos do processo, sob pena de revogação; ou

III – arbitrar a fiança ou aplicar outras medidas cautelares mais adequadas às circunstâncias do caso.

§7º As hipóteses dos incisos II e III do §6º não se aplicam aos crimes contra a vida, ao crime de latrocínio, e aos crimes contra a dignidade sexual, tentados ou consumados.

§8º A concessão de liberdade provisória na forma do inciso II do §6º somente será admitida se o preso for pobre e não tiver condições de efetuar o pagamento da fiança.

§9º O juiz, por decisão fundamentada, de ofício ou a requerimento das partes, poderá realizar a audiência de

custódia por sistema de videoconferência ou outro recurso tecnológico de transmissão de sons e de imagens em tempo real, desde que a medida seja necessária para atender a uma das seguintes finalidades:

I - prevenir risco à segurança pública, quando exista fundada suspeita de que o preso integre organização criminosa ou de que, por outra razão, possa fugir durante o deslocamento;

II – responder à questão de ordem pública ou prevenir custos com deslocamento ou escolta de preso. ”

Ademais, ressalta-se que a problemática do uso de algemas que posto recentemente pelo Supremo Tribunal Federal nos leva a tratar essa temática dentro do capítulo da audiência de custódia, uma vez que os dois temas possuem clara conexão.

O Supremo Tribunal Federal, ante a ausência de legislação específica, editou a Sumula Vinculante nº 11, na qual estabelece que “só é lícito o uso de algemas em casos de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros, justificada a excepcionalidade por escrito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade e de nulidade da prisão ou do ato processual a que se refere, sem prejuízo da responsabilidade civil do Estado.”

Entretanto, a referida Súmula, apenas se limitou a garantir o direito do preso, deixando de lado à proteção da vida de potenciais vítimas como os profissionais da segurança pública, os servidores públicos do sistema de justiça e dos demais cidadãos. Importante destacar que muitos detidos apresentam periculosidade, realizando atos contra o policial responsável pela diligência, como também para os curiosos. Ademais, cumpre ressaltar a existências de casos de autoflagelo pelo custodiado realizados com o objetivo de falsear a verdade dos fatos, visando imputar prática de tortura pelos policias, conseqüentemente sua liberdade.

Desse modo, sugiro a seguinte redação para o artigo 537 do Projeto de Lei nº 8.045, de 2010:

“Art. 537. Será permitido o uso da força no caso de tentativa de resistência ou de fuga do preso.

§1º É permitido o uso de algemas ou meio similar, nas seguintes hipóteses:

- I – desobediência ou resistência à ordem de prisão;*
- II – fundados indícios de que o preso pretenda fugir ou possa ser resgatado;*
- III – tentativa pretérita de fuga;*
- IV – quando necessário a proteção da integridade física do preso, dos seus condutores, dos jurados, ou de terceiros.*

§2º É vedado o uso de algemas:

- I- por tempo excessivo;*
- II – como forma de castigo ou sanção disciplinar.*

§3º A competência para a determinação do emprego de algemas será do agente público responsável pela prisão, condução da pessoa submetida à medida coercitiva ou custódia.

§4º Se, para execução da prisão, for necessário o emprego de força ou de algemas, o órgão responsável pela execução fará o registro do fato, com indicação de meios comprobatórios para a adoção da medida.

§5º É vedado o uso de algemas em mulheres grávidas durante os atos médico-hospitalares preparatórios para a realização do parto e durante o trabalho de parto, bem como em mulheres durante o período de puerpério imediato. ”

Essa modificação se faz necessária para atualizar a legislação processual penal, garantindo uma maior segurança principalmente dos agentes públicos que atuam na área da segurança pública e no sistema de justiça que por dever devem zelar pelo funcionamento de todo o sistema penal. Reforça-se que o uso das algemas jamais poderá ser utilizado para execração pública do detido, mas sim para cumprimento da diligência policial e garantir a segurança necessária, incluindo aqui também a do próprio conduzido.

2) EMENDAS APRESENTADAS (ACOLHIMENTO/REJEIÇÃO E FUNDAMENTAÇÃO)

2.1 Emenda nº 48/2016

A emenda modificativa nº 48 objetivas alterar a redação do artigo 81 do PL 8.045/2010, retirando do diploma processual penal a possibilidade de a vítima requerer a recomposição civil do dano moral. Para o autor da emenda, Exmo. Deputado Lincoln Portela:

“O art. 81 e seguintes do Projeto tratam da possibilidade da parte civil aderir à ação penal para pleitear reparação por dano moral. Entretanto, tal adesão trará confusão e

prejuízos ao trâmite do processo penal, com reduzidos ganhos para as partes envolvidas, especialmente a vítima ou seus sucessores. Pela forma como está prevista no Projeto, a adesão da vítima trará mais uma parte para o processo penal e ampliará o objeto deste para discutir não mais o crime, mas também os danos decorrentes, com sensível prejuízo para a celeridade processual. O sistema atualmente em vigor, nos artigos 63 a 68 e 387, IV, do CPP, é bom e merece ser mantido, pois prevê que o juiz pode fixar em sentença o valor mínimo de reparação dos danos, permitindo a execução desse valor no juízo cível, sem prejuízo de que valores maiores sejam também demandados naquele juízo”.

A preocupação do nobre proponente é salutar, contudo o texto proposto é exatamente a redação do artigo 84 do projeto em tela, *verbis* “Art. 84. Transitada em julgado a sentença penal condenatória, e sem prejuízo da propositura da ação de indenização, poderão promover-lhe a execução, no cível (art. 475-N, 11, do Código de Processo Civil), as pessoas mencionadas no art. 77”)

Diante do exposto, sugiro a rejeição da emenda nº 48/2016.

2.2 Emenda nº 49/2016

À semelhança do que ocorre com a emenda nº 48, a emenda em tela almeja modificar o teor do art.82, inserindo neste artigo conteúdo igual ao disposto no artigo 83, caput e parágrafos 1º e 2º do PL 8.045/2010. Veja-se, a seguir, o teor da emenda modificativa e o conteúdo do artigo 83, a fim de verificar a completa semelhança entre os dois dispositivos, *verbis*:

Emenda 49:

“Dá-se nova redação ao art. 82 e parágrafo do projeto de lei: “Art. 82. Sem prejuízo do disposto no artigo anterior, a ação para reparação do dano poderá ser proposta no juízo cível contra o autor do crime e, se for o caso, contra o responsável civil. § 1º A reparação do dano arbitrada na sentença penal condenatória deverá ser considerada no juízo cível, quando da fixação do valor total da

indenização devida pelos danos causados pelo ilícito. § 2º No caso de precedência no julgamento da ação civil contra o acusado e/ou outros responsáveis civis pelos danos decorrentes da infração, o valor arbitrado na sentença penal para a reparação do dano não poderá exceder aquele fixado no juízo cível para tal finalidade”.

Artigo 83 do PL 8.045/2010:

“A adesão de que cuida este Capítulo não impede a propositura de ação civil contra as pessoas que por lei ou contrato tenham responsabilidade civil pelos danos morais e materiais causados pela infração. Se a ação for proposta no juízo cível contra o acusado, incluindo pedido de reparação de dano moral, estará prejudicada a adesão na ação penal, sem prejuízo da execução da sentença penal condenatória, na forma do disposto no art. 84. § 1º A reparação dos danos morais arbitrada na sentença penal condenatória deverá ser considerada no juízo cível, quando da fixação do valor total da indenização devida pelos danos causados pelo ilícito. § 2º No caso de precedência no julgamento da ação civil contra o acusado e/ou outros responsáveis civis pelos danos decorrentes da infração, o valor arbitrado na sentença penal para a reparação do dano moral não poderá exceder àquele fixado no juízo cível para tal finalidade. § 3º A decisão judicial que, no curso do inquérito policial ou do processo penal, reconhecer a extinção da punibilidade ou a absolvição por atipicidade ou por ausência de provas, não impedirá a propositura de ação civil”.

Dessa maneira, não há como aprovar-se a modificação proposta, sob pena de repetição de dispositivo legal e desorganização do texto.

Diante do exposto, sugiro a rejeição da emenda nº 49/2016.

2.3 Emenda nº 50/2016

Esta emenda pretende mudar a redação do *caput* do artigo 84, entretanto também merece ser rejeitada por repetir o texto já inserto no parágrafo único do art. 84 do PL 8.045/2010. Confira-se.

Emenda nº50: “Dá-se nova redação ao *caput* do art. 84 do projeto de lei: “Art. 84. O juiz civil poderá suspender o curso do processo até o julgamento final da ação penal já instaurada, nos termos e nos limites da legislação processual civil pertinente”.

Artigo 84 do PL 8.045/2010: “Transitada em julgado a sentença penal condenatória, e sem prejuízo da propositura da ação de indenização, poderão promover-lhe a execução, no cível (art. 475-N, 11, do Código de Processo Civil), as pessoas mencionadas no art. 77.Parágrafo único. O juiz civil poderá suspender o curso do processo até o julgamento final da ação penal já instaurada, nos termos e nos limites da legislação processual civil pertinente”.

Destarte, manifesto-me pela rejeição da Emenda nº

50/2016.

2.4 Emenda nº 51/2016

Igualmente, a emenda em análise, que busca alterar o *caput* do art. 83, em nada altera a redação do novel diploma processual penal, pois repete exatamente a redação do §3º do art83 do PL 8.045/2010:

Emenda nº51: “Dá-se nova redação ao *caput* do art. 83 do projeto de lei: “Art. 83. A decisão judicial que, no curso do inquérito policial ou do processo penal, reconhecer a extinção da punibilidade ou a absolvição por atipicidade ou por insuficiência de provas, não impedirá a propositura de ação civil”.

Artigo 83, §3º do PL 8045/10: “§ 3º A decisão judicial que, no curso do inquérito policial ou do processo penal, reconhecer a extinção da punibilidade ou a absolvição por atipicidade ou por ausência de provas, não impedirá a propositura de ação civil”

Por conseguinte, sugiro a rejeição da emenda nº 51/2016.

2.5 Emenda nº 58/2016, 59/2016, 60/2016

A emenda nº 58 pretende acrescentar ao § 2º do artigo 76 o inciso IV, a fim de permitir que o interrogatório possa ser realizado por

videoconferência ou outro meio eletrônico para assegurar a celeridade do procedimento e a razoável duração do processo.

Em sua justificativa, o nobre proponente aduz que “A inclusão do inciso IV explicita a utilização da tecnologia em prol da duração razoável do processo, que é princípio constitucional”, possibilitando a realização de audiências ou outros atos processuais através de vídeo conferência ou outros meios tecnológicos.

A emenda nº 59 pretende modificar o inciso II do §2º do artigo 76 do PL 8.045/2010, tendo a seguinte redação:

“(...) viabilizar a participação do réu no referido ato processual, quando haja relevante dificuldade para seu comparecimento em juízo, por enfermidade, por estar recolhido em estabelecimento prisional distante ou em outro Estado da Federação, por estar incluído em regime disciplinar gravoso ou estabelecimento de segurança máxima ou por haver outra circunstância pessoal que recomende a providência”.

O 2º do artigo 76 do PL 8.045/2010 trata dos casos em que excepcionalmente, o juiz poderá deferir, de ofício ou a requerimento das partes, os casos em que o interrogatório não será realizado presencialmente, mas por videoconferência ou outro meio eletrônico de transmissão de imagens.

Por fim, a emenda 60 altera a redação do artigo 73 do PL 8045/ 2010, da seguinte forma:

“Acrescente-se parágrafos e dá-se nova redação ao parágrafo existente do art. 73 do projeto de lei: “

Art. 73(...)

§ 1º Na primeira parte do interrogatório, o juiz indagará ainda sobre as condições e oportunidades de desenvolvimento pessoal do acusado e outras informações que permitam avaliar a sua conduta social.

§ 2º O interrogatório deverá ser realizado, sempre que possível, pelo juiz natural do processo, que poderá valer-se de sistema de videoconferência ou outro recurso tecnológico de transmissão de sons ou imagens em tempo real.

§ 3º A expedição de carta precatória para interrogatório judicial será admitida apenas por requerimento fundamentado da defesa.

§ 4º A ausência injustificada do acusado regularmente intimado à audiência designada para o seu interrogatório não obstará o prosseguimento do processo, sendo considerada exercício ao direito constitucional ao silêncio”.

No geral, as sugestões legislativas se mostram meritórias, na medida em que não faz sentido que, nos tempos atuais, o Estado não faça uso de dispositivos tecnológicos que representam ganhos tanto em termos de custo como em termos de segurança das pessoas envolvidas para a realização das audiências e que não causam nenhum prejuízo para o acusado.

Diante disso, tal modificação se mostra meritória, razão pela qual sugiro a aprovação das Emendas 58/2016, 59/2016, 60/2016, na forma da emenda apresentada.

2.6 Emenda nº 63/2016

A emenda 63 possui o seguinte teor e justificção:
“Suprima-se o inciso III do art. 66 do projeto de lei, renumerando os demais incisos.

JUSTIFICAÇÃO

O inciso III do art. 66 deve ser suprimido porque o interrogatório é meio de defesa e, por isso, a advertência proposta pode servir mais para inibir o investigado do exercício de sua defesa pessoal, por vezes divergentes da defesa técnica, do que para garantir o direito de não autoincriminação. Além disso, impõe ao cidadão fundado receio de dar a sua versão para os fatos”.

O artigo 64 do PL 8.045/2010 promoveu um grande avanço em nosso ordenamento jurídico ao prever que o interrogatório constitui meio de defesa. “*Nemo tenetur se detegere*” (ninguém está obrigado a se descobrir) é a forma abreviada do brocardo latino *nemo tenetur prodere seipsum, quia nemo tenetur detegere turpitudinem suam* (ninguém pode ser

compelido a depor contra si próprio, porque ninguém é obrigado a se autoincriminar)².

Esse princípio é visto pelo Supremo Tribunal Federal como um princípio que abarca o direito de permanecer calado, sendo este espécie e aquele gênero, podendo ser configurado também como um direito público subjetivo. O Ministro decano do STF, Min. Celso de Melo, enxerga tal princípio como um direito absoluto³. Há controvérsias sobre se o axioma *nemo tenetur se detegere* pode ser visto como um princípio, uma faculdade, ou um direito. Segundo a lição de Carlos Henrique Borlido Haddad:

“Até o presente momento empregou-se o vocábulo “princípio” para substantivar o axioma *nemo tenetur se detegere* na seara penal. Este ‘princípio’ assegura a homens e mulheres a faculdade de não produzir prova capaz de levá-los à condenação pela prática de infração penal. Por seu turno, a Constituição Federal de 1988 previu o ‘direito’ de permanecer calado, modalidade de manifestação do princípio. Por vezes se fala em ‘faculdade de permanecer calado ou em ‘garantia constitucional’. A Suprema Corte Americana usa a expressão *privilege against self-incrimination*, motivo pelo qual a doutrina, nacional e estrangeira e a jurisprudência pátria empregam o termo ‘privilégio’, embora também se faça referência a ‘right’(...) Ao permanecer em silêncio, o acusado faz uso de um direito que não se confunde com sua garantia. (...) O silêncio é mero mecanismo de manifestação do princípio contra a autoincriminação, e não a proteção criada para propiciar o respeito ao princípio. O papel de garantia é desempenhado pelo habeas corpus, como se viu no capítulo anterior, pois o writ é manejável quando aquele que invoca o silêncio fica impedido de exercitá-lo. Servirá o habeas corpus para assegurar ao réu, perante as

² MALATESTA, Nicola Framarino del. *A lógica das provas em matéria criminal*. Campinas: Bookseller, 1996, p.419.

³ HC 68.742/DF e HC 68.929/SP

autoridades encarregadas da persecução penal, o direito de permanecer calado”.⁴

A respeito do conteúdo jurídico do princípio da não autoincriminação, ressalte-se que se tal prerrogativa não se cinge ao direito de permanecer calado, previsto no artigo 5º, inciso LXIII da Constituição Federal, mas permeia todo o processo penal, decorrendo também do princípio da dignidade da pessoa humana (art. 1º, inciso III da CF/88), art.5º,LIV (devido processo legal) , LV (ampla defesa) e LVII (presunção de inocência) da Lei Maior. O réu pode permanecer em silêncio e não ser obrigado a produzir provas que possam obstaculizar a sua defesa, tais como a participação em procedimentos probatórios que possam lhe prejudicar.

Feitas tais digressões, concluo que a previsão constante do inciso III do art. 66 do PL 8.045/2010 é inconstitucional, ferindo os princípios- garantias da não autoincriminação, da ampla defesa e da presunção de inocência.

Por isso, sugiro o acolhimento da emenda nº 63/2016.

2.7 Emenda nº 64/2016

A emenda supressiva nº 64 almeja excluir o §2º do artigo 65 do Projeto de Lei 8.045/2010, justificando o seguinte:

“O § 2º do art. 65 contém proposição desnecessária que, se mantida, poderá ensejar retardamento na realização de atos, principalmente em face do subjetivismo da expressão tempo excessivo. A intenção é que o tempo que o interrogando fique à disposição da autoridade policial seja razoável e não implique sofrimento, físico ou mental. Contudo, a amplitude do que seja tempo excessivo pode levar a embates desnecessários, com prejuízo da investigação”.

Acertada esta supressão, considerando “ tempo excessivo” é termo deveras impreciso e pode gerar grande confusão no caso concreto. Ressalto o controle do tempo do interrogatório caberá às partes que participam do ato processual.

⁴ HADDAD, Carlos Henrique Borlido. *Conteúdo e contornos do princípio contra a autoincriminação*. Campinas: Bookseller, 2005. p.42 e 44

Diante do exposto, sugiro o acolhimento da emenda nº 64/2016.

2.8 Emenda nº 65/2016

A emenda modificativa nº 65 muda a redação do parágrafo art.68 do Projeto de Lei 8.045/2010, ficando este da seguinte forma: “Se o interrogatório tiver sido gravado ou filmado, na forma do § 1º do art. 29, fica assegurada a entrega de cópia ao interrogando ou seu defensor e ao Ministério Público, que poderão realizar a transcrição e requerer sua juntada aos autos”.

Assiste razão ao nobre proponente. De fato, é preciso tornar homogêneo o tratamento aos atos processuais praticados por meio audiovisual. No caso do depoimento das testemunhas, dispõe o artigo 182, §1º do PL 8.045/2010 que será encaminhado às partes cópia do registro do depoimento. A entrega de cópia do registro audiovisual à defesa cumpre muito bem a função de conhecimento do ato, pois é importante também analisar as expressões e comportamentos dos atores do processo quando do interrogatório, não sendo necessário positivar a obrigatoriedade da degravação do depoimento pela Secretaria da Vara.

Diante do exposto, sugiro o acolhimento da Emenda nº 65/2016.

2.9 Emenda nº 9/2019

A emenda modificativa nº 9 pretende suprimir os §§ 1º e 2º do art. 62 do Projeto de Lei 8045/2010, sob a justificativa de que

os princípios da paridade de armas e da ampla defesa configuram corolário básico do processo penal, a mera substituição do defensor em caso de ausência geraria grave violação à defesa, permitindo a realização de uma defesa ineficaz, quiçá inexistente, quando da nomeação de algum defensor sem conhecimento do processo. Assim como é incompatível com o processo penal a realização de audiência sem magistrado que a presida, ou promotor que seja o titular da ação penal, a presença da defesa técnica constituída ou através de defensor público se faz não apenas necessária, mas configura

medida de preservação do Estado Democrático de Direito.

Não se mostra meritória a exclusão das hipóteses permissivas de adiamento de ato processual pelo não comparecimento do defensor, ante a possibilidade de prejuízo ao princípio da ampla defesa.

Destarte, sugiro a rejeição da emenda nº 9/2019.

2.10 Emenda nº 29/2019

A emenda modificativa nº 29 pretende alterar a redação do art. 60 do Projeto de Lei 8045/2010, da seguinte forma:

Art.60.....

.....
 §3º Será nomeado defensor dativo ao agente de segurança pública que figurar na qualidade de investigado, indiciado ou acusado pela prática de qualquer delito no exercício de suas funções, salvo se o agente estiver sendo assistido por outro advogado” (NR)

Em sua justificação, o autor alega que a “emenda tem como objetivo assegurar o direito de defesa do agente de segurança pública que, no exercício de suas funções, venha a ser investigado, indiciado ou acusado pela prática de crime, salvo se estiver sendo assistido por outro advogado”.

A modificação se mostra meritória, razão pela qual sugiro o acolhimento da emenda nº 29/2019.

2.11 Emenda nº 42/2019

A emenda modificativa nº 42 tem por finalidade alterar a redação do art. 55 do Projeto de Lei 8045/2019, da maneira que se segue:

“Art. 55. Em caso de suspeição, o juiz poderá ser recusado pelas partes.

§1º Reputa-se fundada a suspeição nas seguintes hipóteses:

.....”

(NR)

Em sua justificação, o autor afirma que a proposta visa apenas a retomar a tradição legislativa, elencando expressamente as causas da

suspeição, tendo em vista que o Projeto de Lei nº 8.045, de 2010, arrola nos incisos do §1º as causas de suspeição; porém, o caput desse § 1º serve-se da fórmula de redação aberta "juiz que manifestar parcialidade na condução do processo", não esclarecendo quando isso ocorreria ou o que poderia ser caracterizado como "parcialidade.

A modificação não se mostra meritória, razão pela qual sugiro a rejeição da emenda nº 42/2019.

C) ANÁLISE DOS PROJETOS DE LEI APENSADOS

Passa-se, agora, à análise dos Projetos de Lei que foram apensados ao Projeto de Lei principal 8.045/2010.

C) ANÁLISE DOS APENSADOS

Passa-se, agora, à análise dos projetos de lei apensados ao principal.

C.1) PROJETO DE LEI 7.987/2010

O Projeto de Lei 7.987/2010, por buscar alterar todo o Código de Processo Penal, trata de todos os temas afetos a esta Relatoria Parcial. Cotejando o projeto de lei apensado com o principal, tem-se que ambos possuem redação deveras similar. Dessa forma, apesar de louvável o projeto apensado, entendemos que as pretensões nele expostas, incluindo os demais temas que estão sob a responsabilidade deste Relator, encontram-se adequadamente atendidas pelo PL nº 8.045/2010, o que nos leva à **rejeição** do citado projeto de lei.

C.2) APENSADOS QUE TRATAM DA PESSOA ACUSADA E SEU DEFENSOR

Os Projetos de Lei 6.196/2009, 6.207/2009 e 4.649/2016 pretendem alterar o art. 265 do Código de Processo Penal em vigor, a fim de excluir a aplicação de multa caso o defensor abandone o processo. A proposição estabelece que apurada a falta do defensor, o juiz comunicará o fato à OAB para instauração do procedimento disciplinar e a imposição da multa.

O Projeto de Lei 2.887/2015 versa sobre a defesa técnica dos policiais que estejam sendo processados por crimes de homicídios cometidos em serviço. A proposição busca mudar o art.263 do Código de Processo Penal em vigor, que passaria a ter a seguinte redação:

“Art. 263. Se o acusado não o tiver, ser-lhe-á nomeado defensor pelo juiz, ressalvado o seu direito de, a todo tempo, nomear outro de sua confiança, ou a si mesmo defender-se, caso tenha habilitação. §1º. O acusado, que não for pobre, será obrigado a pagar os honorários do defensor dativo, arbitrados pelo juiz. §2º. Fica o Estado obrigado a custear a defesa técnica do policial, acusado por homicídio, quando praticado em serviço. 2 §3º. Comprovado após transito em julgado, no caso do §2º, que o policial agiu com dolo, este será obrigado ressarcir ao erário a defesa técnica custeada pelo Estado”.

O Projeto de Lei 3.005/2015, apensado ao 2.887/2015, regulamenta a assistência jurídica gratuita dispensada aos policiais civis e militares nos processos criminais que versem sobre atos cometidos em serviço, aduzindo que tal assistência será ofertada por órgão próprio, procuradoria ou Defensoria Pública, ou, ainda, por profissionais ou sociedade de advogados contratados pelo Poder Público, ou com ele conveniados.

O Projeto de Lei 5.578/2016 concede aos órgãos previstos no artigo 144, incisos I ao V da Constituição Federal de 1988 o ressarcimento do pagamento de defesa técnica em feito que venham a ser réus em decorrência de atos praticados em serviço.

O Projeto de Lei 9.826/2018 altera o Código de Processo Penal, para estabelecer a obrigatoriedade de o acusado comprovar a origem lícita dos valores pagos a título de honorários advocatícios. Tal proposta legislativa viola o primado da proporcionalidade, porquanto atribui a terceiro a responsabilidade sobre a demonstração da licitude de valores que não foram por ele hauridos. Ademais, poderia, inclusive, trazer empecoço para o exercício de atividade profissional e para a garantia da ampla defesa.

O Projeto de Lei 3.265/2019 pretende modificar o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, para permitir a aplicação ao processo penal, de forma complementar, as hipóteses de impedimento e de suspeição previstas na lei processual civil.

O Projeto de Lei 771/2019 acresce os artigos 62-A, 62-B, 62-C e 62-D ao Decreto-Lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, para prever a possibilidade de condenação por litigância de má-fé no Processo Penal Brasileiro.

C.3) APENSADOS QUE TRATAM DO INTERROGATÓRIO

O Projeto de Lei 611/2015 intenta modificar o art.185 do Código de Processo Penal em vigor para disciplinar que o deslocamento de custodiados seja feito preferencialmente no horário comercial.

O Projeto de Lei 7.239/2002 pretende modificar o artigo 187 do Código de Processo Penal vigente, aduzindo que o defensor do acusado não poderá influir nas perguntas e respostas e só poderá intervir para levantar questão de ordem, e, além disso, dispondo que o defensor, inclusive no Tribunal do Júri, poderá se sentar ao lado do acusado.

O Projeto de Lei 2.685/2015, por sua vez, prevê que o interrogatório do réu preso será realizado por videoconferência, estabelecendo, dentre outras providências, que: antes de ser interrogado, o preso poderá acompanhar, também por videoconferência, a realização de todos os atos da audiência única de instrução e julgamento; a sala reservada ao sistema de videoconferência será fiscalizada pelos corregedores, juiz do feito, Ministério Público e Ordem dos Advogados do Brasil, e, não sendo possível a realização do interrogatório na forma do § 1º, ele será realizado em sala própria, no estabelecimento em que o réu estiver recolhido, desde que esteja garantida a segurança do juiz, do membro do Ministério Público e dos auxiliares, bem como a presença do defensor e a publicidade do ato.

Da mesma forma, o Projeto de Lei 931/2019 altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal –

com o propósito de que o interrogatório do réu preso ocorra preferencialmente pelo sistema de videoconferência.

O Projeto de Lei 7.518/2017 pretende alterar o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, para definir o tratamento processual adequado na situação em que o imputado deixar de comparecer a qualquer ato na persecução penal, extinguindo-se a hipótese de sua condução coercitiva. Rejeitado, pois a sistemática do texto oriundo do Senado Federal não se coaduna com a pretensão legislativa em tela.

O Projeto de Lei 8359, de 2017, que dispõe sobre as hipóteses de suspeição e impedimentos para atuação do juiz no processo, não mercê prosperar, pois a específica disciplina do Supremo Tribunal Federal e de seus Ministros encontra-se na Constituição da República, não se mostrando apropriado seu tratamento por meio de lei ordinária.

Já o Projeto de Lei 6.119/2016 dispõe sobre o interrogatório do indígena, aduzindo o seguinte: “O réu será indagado se é indígena e, em caso positivo, qual seu povo ou etnia, aldeia e sua língua materna, devendo-lhe ser fornecido o acompanhamento de tradutor, e todas as informações constarem dos autos”.

Registre-se que o artigo 71 do projeto principal trata da matéria da seguinte forma: “No interrogatório do índio, o juiz, se necessário, solicitará a colaboração de antropólogo com conhecimento da cultura da comunidade a que pertence o interrogando ou de representante do órgão indigenista federal, para servir de intérprete e prestar esclarecimentos que possam melhor contextualizar e facilitar a compreensão das respostas”.

Nos temas afetos a esta Relatoria Parcial, o texto do Projeto de Lei 6.197/2016 possui idêntica redação à dos artigos 64 a 72 do projeto principal, abrangidos estão, portanto, na análise deste. Os únicos dispositivos diferentes da redação do projeto principal são os seguintes:

“Art. 72. Quando o interrogando quiser confessar a autoria da infração penal, a autoridade indagará se o faz voluntariamente.

§ 1º. Se confessar a autoria, será perguntado sobre os motivos e circunstâncias do fato e se outras pessoas concorreram para a infração, e quais sejam.

§ 2º. O valor da confissão se aferirá pelos critérios adotados para os outros elementos de prova, e para a sua apreciação o juiz deverá confrontá-la com as demais provas do processo, verificando se entre ela e estas existe compatibilidade ou concordância.

§ 3º. A confissão será divisível e retratável, sem prejuízo do livre convencimento do juiz, fundado no exame das provas em conjunto.

(...)

Art.76, §2º, II viabilizar a participação do réu no referido ato processual, quando haja relevante dificuldade para seu comparecimento em juízo(...)"

Conforme se percebe, todas essas proposições cuidam de temas já acolhidos no texto do projeto de lei nº 8.045/2010.

Aponte-se, neste particular, que, tratando-se de proposições que cuidam da mesma matéria, não há como a Comissão aprovar mais de uma, a não ser que o faça na forma de um substitutivo. Isso foi decidido no bojo da Reclamação nº 1/2006, em que se assentou que:

“Em todo caso, desafia a lógica do processo legislativo a aprovação de duas proposições conexas sem que isso seja feito na forma de um Substitutivo. Não sendo elas idênticas, como é a hipótese dos PLs em exame, ou se aprova uma e se rejeita a outra, ou, em se querendo aproveitar partes de ambas, aprova-se a matéria na forma de um Substitutivo. Mesmo sendo idênticas as proposições, que não é o caso em análise, não sendo possível, nesta fase do processo, aprovar uma e declarar prejudicada a outra, **há que se aprovar uma e rejeitar a**

outra, sendo esta rejeição considerada como uma declaração de prejudicialidade no âmbito da Comissão. »⁵

Dessa forma, em que pese sejam meritórios os projetos em análise, por ser o principal (8.045/2010) mais abrangente e encontrar-se em estágio mais avançado de tramitação (e por já termos manifestado voto por sua aprovação), votamos pela **rejeição** dos Projetos de Lei nº 7.239/2002, 6.196/2009, 6207/2009, 611/2015, 2.685/2015, 4.649/2016, 6.080/16, 6.119/2016, 6.197/2016; 6.404/2016; 3265/2019; 931/2019; 711/2019/9826/2018; 8358/2017 e 7519/2017.

Com relação aos Projetos de Lei 2.887/2015, 3.005/2015 e 5.578/2016, entendo que garantir aos policiais civis e militares assistência jurídica gratuita é medida meritória, na medida em que no curso das investigações extrajudiciais – ainda que a atuação do agente venha a ser reconhecida como legítima, ou seja, parte do exercício de dever funcional, os custos com a defesa desses servidores correm por sua conta, ao passo que as Defensorias Públicas, por força do Código de Processo Penal, só estão obrigadas a atuar na fase judicial (após o oferecimento da denúncia pelo órgão ministerial). Considerando que a adoção de violência letal pelos agentes de segurança pública é parte das atribuições funcionais desses servidores, a presente proposição parte da premissa que para garantir o pleno exercício profissional compete ao Estado assegurar as condições de defesa na seara extrajudicial.⁶

Tal premissa objetiva assegurar o exercício pleno das atividades de segurança pública, bem como do controle da atividade policial, fomentando a transparência das investigações e garantindo aos Ministérios Públicos a titularidade constitucional nas ações penais. Para tanto, dois são os fundamentos basilares desta proposição: i) a salvaguarda dos interesses da sociedade, mediante a garantia do pleno exercício profissional dos agentes de segurança pública, consistente na efetivação da ampla defesa – propiciada pelo Estado – na investigação dos fatos relacionados ao uso da força letal,

⁵ <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=326413>

⁶ Acatamos a sugestão da proposta de alteração sugerida pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública de previsão de representação dos agentes de segurança pública no uso legítimo da força legal durante o exercício profissional.

praticados de forma legítima, no exercício profissional; e, ii) a efetivação do controle externo da atividade policial mediante a manutenção da titularidade dos órgãos ministeriais, tanto no arquivamento como no prosseguimento (denúncia) de investigações relacionadas ao uso da força letal no exercício profissional.

Diante do exposto, votamos pela aprovação dos Projetos de Lei nº. 2.887/2015, 3.005/2015 e 5.578/2016, na forma da emenda que apresentamos.

Por fim, o Projeto de Lei nº 5.333/2019 dispõe sobre a divulgação de informações sobre pessoas condenadas ou com mandado de prisão expedido e não cumprido, relativamente a infrações penais diversas daquelas de menor potencial ofensivo, alterando o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, Código de Processo Penal.

Tal medida, embora meritória, não se mostra razoável, uma vez que impõe ao magistrado promover a divulgação desses dados, sem analisar se o sistema judiciário possui estrutura para viabilizar tal publicação. Pontua-se que a estrutura de dados dessa natureza, no Brasil, é extremamente precária para os órgãos de segurança pública. Diante disso, primeiramente há a necessidade de se estruturar o sistema de dados para uso do Estado, para, após, franquear tais dados para a população civil, tendo em vista que o cumprimento de tal dispositivo em nosso atual cenário mais atrapalharia do que ajudaria.

Por isso, sugerimos a rejeição do Projeto de Lei nº 5.333/2019.

C.4) APENSADOS QUE TRATAM DA AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA

O Projeto de Lei 3855/2019 introduz modificações no Decreto-Lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941 - Código do Processo Penal, objetivando instituir a audiência de custódia e definir os critérios de sua realização.

O autor alega que a forma como a Audiência de Custódia foi sistematizada, de maneira inconstitucional, frise-se, se limita a atuar em prol do preso, esquecendo-se da vítima, de seus familiares e de toda a sociedade –

que poderá ficar à mercê de agentes de alta periculosidade, que são colocados em liberdade sem que sejam esclarecidos os fatos que objetivaram à sua prisão, sua vida pessoal e seu histórico, sua conduta perante a Autoridade Policial responsável pela sua prisão, bem como sem sequer ouvir a vítima de sua conduta atroz.

Já o Projeto de Lei 5382/2019 pretende alterar o Decreto-Lei no 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, para dispor sobre a Audiência de Custódia.

O autor afirma que os procedimentos previstos na Resolução n.º 213, de 15.12.2015, do CNJ, “trazem inovações que exorbitam os limites da organização e funcionamento do Poder Judiciário e avançam na seara de competência legislativa do Congresso Nacional”. Diante disso, apresenta “sugestão legislativa, com o objetivo de sanar, assim como dar mais efetividade, a Audiência de Custódia. Pretendemos transformar a Audiência de Custódia em audiência preliminar, na qual o Ministério Público, nos crimes de ação pública, caso entenda haver indícios suficientes de materialidade e autoria, ofereça denúncia de imediato. Outrossim, caso o juiz receba a denúncia, a prisão em flagrante seja automaticamente convertida em prisão preventiva”.

Concordamos com as argumentações trazidas pelos autores das proposições, entretanto a texto por nós sugerido por emenda trata mais adequadamente da matéria, razão pela qual sugerimos a rejeição dos Projetos de Lei 3855/2019 e 5382/2019.

III - CONCLUSÃO

Por todo o exposto, votamos pela:

- a) Constitucionalidade, juridicidade e adequada técnica legislativa da parte do Projeto de Lei n.º 8.045, de 2010, cuja relatoria me foi atribuída (arts. 52 a 89) e, no

- mérito, pela sua aprovação, com as emendas de relator-parcial ora apresentadas;
- b) Constitucionalidade, injuridicidade, inadequada técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição das Emendas 48/2016 e 49/2016, 50/2016 51/2016, 9/2019 e 42/2019;
 - c) Constitucionalidade, juridicidade, adequada técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação das Emendas n. 58/2016, 59/2016, na forma da emenda apresentada;
 - d) Constitucionalidade, juridicidade, adequada técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação das Emendas n. 60/2016, 63/2016, 64/2016, 65/2016 e 20/2019;
 - e) Constitucionalidade, juridicidade, adequada técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação dos Projetos de Lei nº 2887/2015, 3005/2015 e 5578/2016, na forma de emenda apresentada;
 - f) Constitucionalidade, juridicidade, adequada técnica legislativa e, no mérito pela rejeição dos Projetos de Lei nº 7.239/2002, 6.196/2009, 6207/2009, 611/2015, 2.685/2015, 4.649/2016, 6.080/16, 6.119/2016, 6.197/2016, 6.404/2016, 3265/2019, 931/2019, 711/2019, 9826/2018, 8358/2017, 7519/2017, 3855/2019, 5382/2019, e, 5333/2019.

Sala da Comissão, em de de 2019.

Deputado CAPITÃO ALBERTO NETO
Relator-Parcial

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 8045, DE 2010, DO SENADO FEDERAL, QUE TRATA DO "CÓDIGO DE PROCESSO PENAL" (REVOGA O DECRETO-LEI Nº 3.689, DE 1941. ALTERA OS DECRETOS-LEI Nº 2.848, DE 1940; 1.002, DE 1969; AS LEIS Nº 4.898, DE 1965, 7.210, DE 1984; 8.038, DE 1990; 9.099, DE 1995; 9.279, DE 1996; 9.609, DE 1998; 11.340, DE 2006; 11.343, DE 2006), E APENSADOS

PROJETO DE LEI Nº 8.045, DE 2010

Código de Processo Penal.

EMENDAS APRESENTADAS PELO RELATOR-PARCIAL

EMENDA N.º

Acrescente-se o art. 52 ao Projeto de Lei nº 8.045, de 2010, renumerando-se os demais:

Art. 52. Transitada em julgado a sentença condenatória, poderão promover-lhe a execução, no juízo cível, para o efeito da reparação do dano, o ofendido, seu representante legal ou seus herdeiros.

Parágrafo único. Sem prejuízo do disposto no artigo anterior, a ação para ressarcimento do dano poderá ser proposta no juízo cível, contra o autor do crime e, se for caso, contra o responsável civil.

EMENDA N.º

Acrescente-se o art. 53 ao Projeto de Lei nº 8.045, de 2010, renumerando-se os demais:

“Art. 53. Intentada a ação penal, o juiz da ação civil poderá suspender o curso desta, até o julgamento definitivo daquela”.

EMENDA N.º

Acrescente-se o art. 54 ao Projeto de Lei nº 8.045, de 2010, renumerando-se os demais:

“Art. 54. Faz coisa julgada no cível a sentença penal que reconhecer ter sido o ato praticado em estado de necessidade, em legítima defesa, em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito”.

§1º Não obstante a sentença absolutória no juízo criminal, a ação civil poderá ser proposta quando não tiver sido, categoricamente, reconhecida a inexistência material do fato.

§2º Não impedirão igualmente a propositura da ação civil:

I - o despacho de arquivamento do inquérito ou das peças de informação;

II - a decisão que julgar extinta a punibilidade;

III - a sentença absolutória que decidir que o fato imputado não constitui crime.”

EMENDA N.º

Dê-se ao inciso I do §1º do art. 55 do Projeto de Lei nº 8.045, de 2010, a seguinte redação:

“Art. 55.

.....

§1º

I - se for amigo ou inimigo de qualquer das partes.

.....”

EMENDA N.º

Dê-se ao título do Capítulo IV do Título IV do Projeto de Lei nº 8.045, de 2010a seguinte redação:

“Capítulo IV DA PESSOA ACUSADA E SUA DEFESA”

EMENDA N.º

Dê-se aos parágrafos 1º e 2º do art. 59 do Projeto de Lei nº 8.045, de 2010, a seguinte redação:

“Art. 59.

.....

.....

§1º Com o fim de assegurar o contraditório e a ampla defesa no âmbito do processo penal, caberá à Defensoria Pública o patrocínio da defesa da pessoa acusada ou da vítima que, por qualquer motivo, não tenha constituído advogado, independentemente de sua situação econômica, ressalvado o direito de, a todo tempo, nomear outro de sua confiança, ou a si mesmo defender-se, caso tenha habilitação

§ 2º A pessoa acusada ou a vítima que possuir condição econômica e não constituir advogado arcará com os honorários decorrentes da defesa técnica, cujos valores serão revertidos à Defensoria Pública, nos termos da lei. ”

EMENDA N.º

Inclua-se ao art. 60 do Projeto de Lei nº 8.045, de 2010, o seguinte §3º, e dê ao §2º a seguinte redação:

“Art. 60.

.....

.....

§1º.....

§ 2º Com vistas ao atendimento do disposto no caput deste artigo, o defensor deverá ouvir pessoalmente o acusado, ainda que por meio audiovisual, o garantido o sigilo da conversa, salvo em caso de manifesta impossibilidade, quando será feito o registro dessa situação excepcional.

§3º Nos casos em que servidores vinculados às instituições dispostas no art. 144 da Constituição Federal figurarem como investigados em inquéritos policiais, inquéritos policiais militares e demais procedimentos extrajudiciais, cujo objeto for a investigação de fatos relacionados ao uso da força letal praticados no exercício profissional, de forma consumada ou tentada, incluindo as situações dispostas no art. 23 do Código Penal, deverá ser constituído defensor particular ou indicado pelo Estado, nos seguintes termos:

I – O investigado deverá ser citado da instauração do procedimento investigatório, podendo constituir defensor no prazo de até quarenta e oito horas a contar do recebimento da citação.

II – Esgotado o prazo disposto no inciso I com ausência de nomeação de defensor pelo investigado a autoridade responsável pela investigação deverá intimar a instituição a que estava vinculado o investigado à época da ocorrência dos fatos, para que esta, no prazo de quarenta e oito horas, indique defensor para a representação do investigado.

III – Havendo necessidade de indicação de defensor nos termos do inciso II, caberá à União ou à Unidade da Federação correspondente à respectiva competência territorial do procedimento instaurado a disponibilização de defensor para acompanhamento e realização de todos os atos relacionados à defesa administrativa do investigado.

IV – A forma de indicação de defensor nos termos dos incisos II e III é discricionária da Administração local,

podendo tal profissional integrar os quadros próprios da Administração ou ser por ela indicado especificamente para tal fim, nos termos de legislação própria.

V - Os custos com o patrocínio dos interesses dos investigados nos procedimentos de que trata esse artigo correrão por conta do orçamento próprio da instituição a que este esteja vinculado à época da ocorrência dos fatos investigados.

VI - As disposições constantes do caput e dos incisos I a V se aplicam aos servidores militares vinculados às instituições dispostas no art. 142 da Constituição Federal, desde que os fatos investigados digam respeito a missões para a Garantia da Lei e da Ordem. ”

EMENDA N.º

Suprima-se o parágrafo único do art. 72 do Projeto de Lei nº 8.045, de 2010, ficando o citado artigo com a seguinte redação:

“Art.72. Quando o interrogando quiser confessar a autoria da infração penal, a autoridade indagará se o faz de livre e espontânea vontade. ”

EMENDA N.º

Suprima-se os artigos 81, 82, 83 e 84 do Projeto de Lei nº 8.045, de 2010, renumerando-se os demais.

EMENDA N.º

Dê-se ao artigo 537 do Projeto de Lei nº 8.045, de 2010, a seguinte redação:

“Do uso de algemas

Art. 537. Será permitido o uso da força no caso de tentativa de resistência ou de fuga do preso.

§1º É permitido o uso de algemas ou meio similar, nas seguintes hipóteses:

- I – desobediência ou resistência à ordem de prisão;
- II – fundados indícios de que o preso pretenda fugir ou possa ser resgatado;
- III – tentativa pretérita de fuga;
- IV – quando necessário a proteção da integridade física do preso, dos seus condutores, dos jurados, ou de terceiros.

§2º É vedado o uso de algemas:

- I- por tempo excessivo;
- II – como forma de castigo ou sanção disciplinar.

§3º A competência para a determinação do emprego de algemas será do agente público responsável pela prisão, condução da pessoa submetida à medida coercitiva ou custódia.

§4º Se, para execução da prisão, for necessário o emprego de força ou de algemas, o órgão responsável pela execução fará o registro do fato, com indicação de meios comprobatórios para a adoção da medida.

§5º É vedado o uso de algemas em mulheres grávidas durante os atos médico-hospitalares preparatórios para a realização do parto e durante o trabalho de parto, bem como em mulheres durante o período de puerpério imediato.”

EMENDA N.º

Dê-se ao artigo 555 do Projeto de Lei nº 8.045, de 2010, a seguinte redação:

“Art. 555. Toda pessoa presa em flagrante delito, independentemente da motivação ou natureza do ato, será obrigatoriamente conduzida, sem demora, à presença da autoridade judicial competente, e ouvida sobre as circunstâncias em que se realizou sua prisão ou apreensão.

§1º Antes da apresentação da pessoa presa em flagrante ao juiz, será assegurado seu atendimento prévio e reservado por advogado por ela constituído ou defensor público, sem a presença de agentes policiais, sendo esclarecidos por funcionário credenciado os motivos, fundamentos e ritos que versam a audiência de custódia prevista no *caput*.

§2º Na audiência de custódia, serão ouvidas as testemunhas, a vítima, o preso em flagrante, os policiais responsáveis pela condução do preso, assim como colacionadas todas as provas possíveis de serem colhidas no ato da audiência de custódia.

§3º As provas colhidas na audiência de custódia que trata o serão aproveitadas em instrução de eventual processo penal instaurado em face da pessoa presa em flagrante.

§4º Nos crimes de ação pública incondicionada, deverá ser facultado ao Ministério Público oferecer denúncia, caso entenda haver indícios suficientes de materialidade e de autoria.

§5º Na hipótese do §4º, oferecida denúncia, deverá ser facultado a defesa oferecer imediatamente e oralmente a defesa prévia do acusado, devendo o juiz após, se não rejeitar liminarmente a denúncia, receber a denúncia e citar o acusado para responder à acusação, por escrito, no prazo de dez dias.

§6º Recebida a denúncia, o juiz deverá:

I – converter a prisão em flagrante em preventiva presentes os requisitos; ou

II – conceder a liberdade provisória, termo de comparecimento a todos os atos do processo, sob pena de revogação; ou

III – arbitrar a fiança ou aplicar outras medidas cautelares mais adequadas às circunstâncias do caso.

§7º As hipóteses dos incisos II e III do §6º não se aplicam aos crimes contra a vida, ao crime de latrocínio, e aos crimes contra a dignidade sexual, tentados ou consumados.

§8º A concessão de liberdade provisória na forma do inciso II do §6º somente será admitida se o preso for pobre e não tiver condições de efetuar o pagamento da fiança.

§9º O juiz, por decisão fundamentada, de ofício ou a requerimento das partes, poderá realizar a audiência de custódia por sistema de videoconferência ou outro recurso tecnológico de transmissão de sons e de imagens em tempo real, desde que a medida seja necessária para atender a uma das seguintes finalidades:

I - prevenir risco à segurança pública, quando exista fundada suspeita de que o preso integre organização criminosa ou de que, por outra razão, possa fugir durante o deslocamento;

II – responder à questão de ordem pública ou prevenir custos com deslocamento ou escolta de preso. ”

Sala da Comissão, em 30 de outubro de 2019.

Deputado CAPITÃO ALBERTO NETO
Relator-Parcial